



Em audiência, vigilantes da Paraíba discutem reestruturação do BB



Foto: Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP)

O Sindicato dos Vigilantes da Paraíba (Sindvig-PB) participou de audiência pública na Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP) para discutir sobre a reestruturação do Banco do Brasil (BB). A audiência aconteceu na tarde dessa segunda-feira (5) e reuniu vigilantes, bancários, dirigentes sindicais e parlamentares para debater a atual situação enfrentada pelos trabalhadores do BB no estado.

A reestruturação anunciada recentemente pelo Banco do Brasil prevê a redução de 402 agências em todo o país e a transformação de 379 agências em postos de atendimento. Somente na Paraíba cinco unidades serão fechadas – quatro na Capital e uma em Campina Grande – e outras 11 transformadas em postos de atendimento.

De acordo com o secretário Geral do Sindvig-PB, Acácio Cavalcante, 30 vigilantes estão ameaçados pela iniciativa de reestruturação. “Nós do sindicato estamos preocupados com esses trabalhadores. Querem prejudicar os vigilantes para privilegiar os próprios interesses. Estamos atuantes e faremos o possível para defender os trabalhadores até o fim”, garantiu o dirigente.

Ainda segundo Acácio Cavalcante, o Sindvig-PB unificará a luta com bancários. “Somente com unidade de luta e mobilização alcançaremos resultados positivos. A união entre vigilantes e bancários mostrará ao patronal nossa força”, concluiu o dirigente.

Fonte: CNTV

Vigilantes do DF rejeitam proposta de reajuste patronal na mesa de negociação

SEM PROPOSTA PATRONAL, VIGILANTES CONTINUAM NA LUTA

Nova assembleia dia 22/12



A direção do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (Sindesv-DF) se reuniu com o patronal na última quinta-feira (19) para ouvir a proposta para a campanha salarial de 2017. Os dirigentes recusaram a proposta patronal na própria mesa de negociação por entenderem

que foi desrespeitosa com os trabalhadores.

A proposta foi de 3% de reajuste em todas as cláusulas, como tíquete alimentação, salário, plano de saúde e seguro. A direção do sindicato preferiu nem submeter a proposta para votação na assembleia da última sexta-feira (2).

A partir de agora, a categoria e os diretores do Sindicato dos Vigilantes do DF esperam que até a próxima assembleia, agendada para o dia 22 de dezembro, uma proposta decente seja apresentada. Caso contrário, os vigilantes podem decretar greve.

Para o secretário geral do Sindicato dos Vigilantes (Sindesv), Moisés Alves da Consolação o dia 22 poderá ser decisivo para a categoria. “Consideramos que o setor patronal foi totalmente desrespeitoso com os trabalhadores. Por isso, na próxima assembleia estaremos próximos da greve dos vigilantes”, explicou.

Entre os pontos reivindicados pelos trabalhadores estão o reajuste salarial de 13%, correção do tíquete alimentação de R\$ 32 para R\$ 40 e a manutenção das cláusulas sociais do Acordo Coletivo de Trabalho.

Fonte: CUT Brasília

PISO NACIONAL
3 MIL REAIS



CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES



CUT
BRASIL

Vigilantes do Rio Grande do Sul denunciam más condições de trabalho no Santander



Vigilantes protestam em frente agência Santander

Na tarde desta segunda-feira (05), em audiência na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, denunciou que o Banco

Santander e as empresas que prestam serviços de vigilância para a rede proibiram o horário normal de almoço dos vigilantes, desde o mês de setembro. Eles só têm rendição de almoço (RA) às 08h, ou no final do expediente às 16h.

“Não concordamos e não aceitaremos o que o Santander está fazendo com os trabalhadores. Isso é desumano, tem vigilante ficando doente porque não pode nem mesmo ir ao banheiro”, afirmou Loreni Dias.

Uma nova comissão será realizada com representantes do Santander, Ministério Público do Trabalho, Sindivigilantes do Sul e outras entidades no próximo dia 15 para discutir sobre o tema.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Vigilantes Barueri - SP iniciam negociações com patronal



Nesta quinta-feira (8) o Sindicato dos Vigilantes de Barueri - São Paulo participa da primeira rodada de negociação com patronal para discutir a pauta de reivindicações 2017 da

categoria.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira, ressalta a importância da presença dos trabalhadores em frente à sede da Sesvesp, em São Paulo para pressionar os patrões a aceitarem as reivindicações.

“A campanha salarial é de interesse de todos os trabalhadores. Precisamos mostrar o poder da nossa voz para diretoria do patronal em defesa de melhores condições de trabalho, salários mais justos e conquistas de direitos fundamentais. Por isso, é fundamental a participação de todos nessa luta”, afirma.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri-SP

Entidades brasileiras denunciam cortes em saúde e educação à OEA

Organizações da sociedade civil brasileiras vão denunciar nesta segunda-feira (6) os efeitos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que congela o investimento em programas sociais, saúde e educação por vinte anos, em audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). “Dadas as projeções de crescimento e envelhecimento da população brasileira, um cenário de aumento real nulo dos gastos públicos significa que o gasto per capita será efetivamente menor”, afirmam as entidades em documento entregue aos comissionados

As organizações defendem que, se a PEC 55 for aprovada, o orçamento da saúde nos próximos vinte anos deixará de receber R\$ 654 bilhões, em projeção realizada pelos conselhos Nacional de Saúde e Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. Já a manutenção e o desenvolvimento do ensino no país sofreria cortes da ordem de R\$ 32 bilhões, até o ano de 2025, segundo dados da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, o que inviabilizaria o cumprimento do Plano Nacional de Educação. O texto deve ser votado em segundo turno no Senado Federal no dia 13.

A PEC 55 é a principal proposta do presidente da República, Michel Temer (PMDB), para redução do déficit nas contas públicas. Nenhuma outra medida, como reforma tributária, taxação de grandes fortunas, auditoria da dívida pública ou cobrança dos devedores da União, já defendidas por movimentos sociais, foi tentada. “Na prática, isso acarretará em uma erosão dos direitos sociais conquistados nas últimas décadas, afetando principalmente os grupos sociais mais vulneráveis, que dependem exclusivamente dos serviços públicos”, destacam as organizações.

As organizações apontam ainda uma série de normativas internacionais, como as diretrizes do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU) para a aplicação de medidas de austeridade, que orientam

a qualquer política desse tipo ser temporária e proporcional, não-discriminatória, levando em consideração todas as alternativas disponíveis e garantir, em sua formulação, a participação dos grupos e pessoas afetadas. “A PEC 55 não atende a nenhum desses requisitos”, afirmam as entidades.

Direitos

Além da PEC 55, as organizações denunciam o que consideram um “desmonte da estrutura” das políticas públicas de direitos humanos. Dentre as quais, a extinção dos ministérios da Igualdade Racial, das Mulheres, da Juventude e dos Direitos Humanos. E também a interrupção de programas como o de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (ProVita), o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados (PPCAAM) e o Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), por meio de portaria do Ministério da Justiça e Cidadania.

“(Essas iniciativas) contrariam compromissos internacionais com a efetivação dos direitos humanos, cujos marcos normativos implicam, demandam e recomendam a construção de uma estrutura institucional para a sua implementação”, defendem as organizações. O documento foi elaborado por 17 entidades, dentre elas a Artigo 19, a Conectas Direitos Humanos e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

As interferências na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o uso da lei de organizações criminosas para perseguir ativistas e movimentos sociais e a violência policial em manifestações, também estão relatados no documento. “O exercício do direito à liberdade de expressão, que deveria ser garantido por um Estado Democrático de Direito, foi transformado em um campo de batalha, no qual policiais fortemente armados reprimiam com extrema truculência os cidadãos na capital do país”, afirmam na denúncia.

Durante a audiência, representantes do governo Temer poderão confrontar as informações apresentadas pelas organizações.

Fonte: RBA

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Leidiane Souza

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF